

Democracia e ditadura no Brasil e na América Latina: apresentação do dossiê especial

E. S. N. Nunes¹

¹*Professor Universitário de História da América na Universidade Camilo Castelo Branco e no Centro Universitário Sant'anna, 01156-030, São Paulo-SP, Brasil*

edunettonunes@hotmail.com;

(Recebido em 01 de dezembro de 2014; aceito 06 de dezembro de 2014)

Apresentação da edição temática Democracia e ditadura no Brasil e na América Latina da revista Scientia Plena.

Palavras-chave: Democracia, Ditadura, História da América Latina

Democracia e ditadura no Brasil e na América Latina

As histórias das sociedades latino-americanas depois de suas independências divisam sucessivos períodos de regimes políticos democráticos com momentos de regimes ditatoriais. A instabilidade da ordem institucional, em determinados períodos, mostra-se crônica no pós-independência – período de formação das nações na região –, no período da guerra fria. Em diferentes situações regimes nominalmente democráticos afirmavam-se como governos de força. Entretanto, em certas ocasiões, a democracia apresentou momentos de esperança e de firme expectativa quanto à sua viabilidade.

A presente edição especial da revista Scientia Plena intitulada “Democracia e ditadura no Brasil e na América Latina” pretende dispor aos leitores da colaboração de autores latino-americanos – mexicanos, chilenos, brasileiros – sobre os processos políticos que atravessaram o século XX na região.

Quando foi proposto o dossiê, que no momento sai ao público leitor, acreditávamos que a ocasião da ocorrência dos 50 anos do início da Ditadura no Brasil (01 de abril de 1964), oferecia a oportunidade para se repensar os processos da emergência de regimes autoritários e da redemocratização no Brasil e na América Latina. Sabe-se que a ditadura brasileira de 1964 como que iniciou um ciclo de governos autoritários na região e que o término da mesma foi, em certa medida, contemporâneo ao definimento das demais ditaduras e abertura de processos de transição democrática.

Os artigos que compõem o dossiê analisam tanto os processos nacionais, como os processos regionais das ditaduras e redemocratização no Brasil e na América Latina, ao longo do século XX. Dessa forma, acreditamos oferecer uma modesta colaboração nos debates e revisões sobre as histórias e o presente de nossa região na busca por construir sociedades mais justas, democráticas e solidárias.

Na América Latina, bem sabemos, os sistemas e políticos e as ordens institucionais cambalearam em fronteiras no qual o conceito, classificação e a práxis da “clássica democracia burguesa”, bem como de regimes ditatoriais e de força comandado por militares – tradicionalmente conservadores – devem ser olhados com muito cuidado analítico.

Pensar em transpor para o contexto político latino-americano algumas categorias ou conceitos considerados, equivocadamente, “universais”, sem levar em consideração a história política e cultural específica da região, tem se mostrado cada vez mais problemático.

Podemos lembrar as diversas leituras que identificavam como regimes “barbarizantes”, os processos encabeçados por “caudilhos” na formação dos Estados Nacionais; como governos “anti-modernizantes”, os chamados populismos (Getúlio Vargas, Juan Domingos Perón, Lázaro Cárdenas); como sistemas fracos, as democracias contemporâneas. Essas leituras, frequentemente consideram como deficitário, como em estágio de aprendizado as formas e arranjos institucionais desenvolvidos em diversos países da região.

Buscando apresentar outras possibilidades políticas, que questionam a validade e a bonança universal de certo ideário democrático (traduções contemporâneas para a democracia sob o neoliberalismo, na qual restringe-se a dimensão da luta política à luta eleitoral), V. Barrón e R. A. Pillo analisam no artigo “La Democracia no funciona en América Latina” alternativas novas e dicções específicas para sistemas políticos da região sugerindo que os mesmos sejam mais permeáveis às peculiaridades regionais e às demandas por maior participação social na gestão do poder Estatal e por maior comprometimento da esfera pública com projetos coletivos e solidários.

Com certo tom ensaístico, o artigo desvela diagnóstico sobre os limites da democracia liberal sob o neoliberalismo, e aponta para projetos políticos alternativos emergentes na América Latina, os quais valorizariam a convivência e instituições comunitárias, a pluralidade étnico-social, a democracia como expressão de uma maior equidade material e participação, a dignidade.

Objetivando explicitar o quadro genérico dos regimes políticos estabelecidos a partir dos anos 1960 na América Latina, o artigo “A Guerra Fria e as ditaduras militares na América do Sul”, de L. A. M. G. Gesteira, apresenta um retrato panorâmico sobre a emergência de regimes ditatoriais em diferentes países da América Latina, partindo de revisão bibliográfica, indica pontos conjunturais que teriam colaborado com as condições de possibilidade para a derrubada de governos, em alguns casos, também ditatoriais, e a instalação de regimes políticos anti-democráticos.

Os pontos de convergência foram:

a) as ações frente a organização de grupos progressistas, reformadores, socialistas, nacionalistas, ocasionalmente revolucionários, e movimentos, predominantes, de centro-esquerda.

b) o contexto da guerra fria e a aproximação de setores conservadores frequentemente vinculados a setores dos militares favoráveis a estabelecimentos de vínculos com Estados Unidos.

c) afirmação da necessidade de golpes preventivos para obstaculizar setores reformistas e progressistas, além do suposto “perigo comunista”.

d) doutrinas militares-políticas fundamentadas na doutrina da segurança nacional a legitimar toda ordem de desmandos.

Uma das virtudes do artigo é a de apresentar brevemente o panorama da emergência de regimes de governos fortes ou militares ou apoiados pelos militares em diferentes países da região integrando interesses de setores conservadores com interesses externos dos Estados Unidos.

Alguns países receberam maior atenção no texto, como as ditaduras do Brasil e da Argentina, secundados por Chile, Paraguai, Uruguai. Lateralmente, é apresentada a situação de Bolívia, Peru, Equador. O foco central é expor os percursos que propulsaram a maior parte das ditaduras, antes de pormenorizar seus processos históricos internos desenvolvidos já durante os regimes de força.

A análise de contextos históricos específicos, em perspectiva, permite a identificação da complexidade dos mesmos e da dificuldade de qualificar, a partir de conceitos estáticos e “universais”, os sistemas e ordens político-institucionais emergentes em diferentes países e épocas da América Latina.

O artigo “Do Plan Inca ao Plan Verde: o Peru de uma ditadura militar nacionalista a outra ditadura civil-militar neoliberal (1968- 2000)”, de V. V. Ribeiro, apresenta um interessante panorama da democracia e da ditadura na Peru entre 1968 e 2000, indicando as dificuldades em pensar, de forma estática, que um governo nominalmente democrático, o seja, e que o contrário, um regime que ascendeu ao poder através da força, obrigatoriamente vocaliza ações anti-democráticas e anti-progressistas na sua integralidade.

A dificuldade de classificar e de fixar uma única interpretação para os processos políticos do Perú tangenciam o artigo do professor Ribeiro. Ao optar por apresentar uma visão em perspectiva sobre o Perú contemporâneo chama a atenção para a dúvida em como valorar definitivamente cada período, não sendo ocasional terminar quase todos sub-tópicos do texto com uma interrogação: “Plan Inca: a Revolução Militar?/ Plan

Tupac Amarú: continuidade ou mudança?/ Democracia tutelada ou a década do Sendero Luminoso?”.

O artigo analisa e descreve o panorama do Perú contemporâneo de forma sucinta e esclarecedora, permitindo o acesso, para aqueles não estritamente especializados no país, a um percurso da história recente altamente complexo, com idas e vindas, em dado momento com iniciativas progressistas e, em outro momento, reacionário. Ao focar na esfera das atuações estatais e das ações e planos elaborados na órbita do Estado, facilita a identificação dos blocos de força e de interesse em disputa pela hegemonia nacional e a tensão entre regimes de força, ditaduras, práticas democráticas e ações progressistas.

No intento de perceber interfaces não comuns aos estudos sobre a última ditadura brasileira, o artigo “Representações da mulher na propaganda durante a ditadura militar no Brasil”, de LAP Silva e PFS Campos, oferecem uma reflexão sobre a dimensão ampla do alcance das ações desenvolvidas durante o período do regime militar no Brasil, no plano da construção e reprodução de hierarquias de gênero. É interessante a possibilidade de perceber as vozes múltiplas que ganham expressão pública legítima e que não se restringem ao dispositivo militar, de modo particular, a publicidade como um instrumento de mercado e ideológico que reifica o conservadorismo ao tempo que aproveita novas circunstâncias sociais, como a maior presença das mulheres no mercado de trabalho das classes médias, para veicular “outras mulheres” dos setores acomodados, modernas, mas conservadoras.

Por meio da análise de alguns materiais publicitários do período dos anos 1970-80, os autores perceberam como era frequente estabelecer o lugar da mulher como mulher-mãe, concebida esta como elemento estrutural da família organizada, urbana, acomodada, responsável pelos filhos, pelo lar, enquanto o homem-pai era mostrado como provedor, dinâmico, ativo fora do lar.

De outra parte, destacam como apesar da reprodução das relações de gênero na qual a mulher-mãe é subalternizada em relação ao homem-pai, outras mulheres emergentes e consumidoras, passam a ser objeto de materiais de publicidade objetivando oferecer produtos para essa nova mulher “moderna” e conservadora.

O artigo ainda explicita a invisibilidade ou a representação desabonadora construída das mulheres contestadoras e militantes, as imagens destas ou não eram veiculadas ou quando o eram estavam carregadas de apreciações desabonadoras, como disseram os autores, as “mulheres engajadas eram representadas como as que viviam na promiscuidade”.

Os processos envolvendo os regimes ditatoriais ou que empregavam a força como instrumento de governo nos anos 1964-1990, na América Latina, foram ladeados por sociedades extremamente contraditórias e complexas. Os grupos por mais heterogêneos que pudessem ser, estavam representados por: setores que patrocinavam e se comprometiam mais intensamente com tais regimes políticos; setores que não se engajaram, seja, a favor ou contra os governos autoritários; e, setores que acabaram se comprometendo mais ou menos intensivamente com a resistência aos sistemas de poder arbitrário.

Os setores sociais que ofereciam resistência aos governos autoritários necessitam ser estudados e lembrados quando se pensa na história das Ditaduras da América Latina, e de fato, são frequentemente objetos de estudos sobre o período das últimas ditaduras. A história de parte dessa resistência é a história de variados projetos de democracia, de utopias, de experiências que se forjaram a contrapelo das diferentes ordens estabelecidas.

No artigo “El papel de los artistas y del arte en el período de la dictadura latino-americana”, de D.O.B. Sánchez, apresenta-se um breve balanço, embasado em leitura bibliográfica, do setor cultural-artístico, em especial as artes cênicas, que buscou confrontar os regimes ditatoriais ou com governos fortes estabelecidos, e contestando o *status quo*, os valores dos setores acomodados, denunciando a violência, a opressão, a desigualdade. O autor selecionou os casos de grupos de teatro de resistência da Colômbia, Brasil, Cuba, México, Uruguai e Chile são eles: Colômbia- Teatro de La Candelaria; Cuba- Teatro Escambray; Chile - Ictus e El Aleph; Brasil - Teatro de Arena, de Teatro do Oprimido; Uruguai - El Galpón; México – Contigo América e grupo CLETA (Centro libre de Experimentación Teatral y Artística).

Na argumentação, o autor apresenta rapidamente as características dos grupos, algumas peças, o papel desempenhado na contestação política, e as pressões e repressões sofridas – violações de direitos humanos, censura, desaparecimento, exílio. Ao pensar sobre o contexto e a

realidade do teatro de resistência o artigo enfatiza fatores que fizeram parte do ambiente e da experiência social-política dos participantes dos grupos e que acabaram criando possibilidades de expressão artística que vocalizasse os conflitos, as tensões, a repressão e a resistência a que as sociedades nas quais estavam inseridos os artistas estavam submetidas, e situações contra as quais estavam se rebelando.

Também dando visibilidade a resistência, no caso, à ditadura chilena de Augusto Pinochet, o artigo “Mecanismos de resistencia en la ciudad de Osorno, en el contexto de dictadura militar, 1973-1990”, de M. A. Sepúlveda, oferece uma reflexão sobre aquelas formas de resistir mais transversais, menos visíveis e contundentes que os atos “típicos” da resistência com tons heroicos – resistência armada, guerrilha.

Ao buscar identificar a heterogeneidade de ações de oposição à ditadura de Pinochet no Chile, a partir da cidade de Osorno, o artigo instiga o leitor a perceber que os regimes de exceção espalham-se no território dos países e não estão apenas nos grandes centros, mas também nas cidades médias, pequenas, nas comunidades rurais. Assim como as ditaduras espalharam-se nos interiores das nações, também a resistência acontecia pelos interiores. Projetar luz sobre as formas como as comunidades menores materializavam a oposição oferece uma oportunidade muito rica de perceber as regionalidades conectadas às histórias nacionais e a dignidade das histórias periféricas, frequentemente silenciadas e obscurecidas.

Utilizando-se de fontes orais, o artigo apresenta como as experiências sociais de resistência foram sendo forjadas e configuraram espaços silenciosos de solidariedade e oposição ao regime ditatorial chileno. Os jovens formando mecanismos de esclarecimento sobre a realidade do país. O médico atendendo as pessoas torturadas pelo regime. A organização de formas de compra coletiva de produtos básicos – para baratear os preços altos de certos produtos. Barricadas com pneus, e outros artifícios com a finalidade de atrapalhar a repressão. Os protestos de rua. A audição de rádios “piratas”. Essas e outras formas eram urdidas pela população de Osorno junto aos movimentos de resistência de abrangência nacional, viabilizando a resistência no centro e no interior do país.

Nem sempre a oposição ou contrariedade aos regimes ditatoriais foi manifestada ao tempo de sua ocorrência. As ditaduras e os regimes de força como bem sabem, não é fruto apenas de setores mais comprometidos, mas também da adesão, silenciamento, do desejo de grupos sociais que os legitimam e patrocinam às vezes com intensidade maior, às vezes menor. Há um fenômeno que é o da oscilação da valoração sobre esses períodos históricos. Na atualidade, parece que o Brasil inteiro estava na resistência à última ditadura militar no país. O artigo “A Experiência Transamazônica: nordestinos e o plano nacional de integração”, de M.M.M. Braga, apresenta a tensão envolvendo os discursos e as apreciações sobre megaprojetos, “obras faraônicas”, planejados e desenvolvidos durante a última ditadura no Brasil, destacando exatamente a oscilação dos olhares – em certo momento positivos, e hoje negativos – que foram construídos sobre tais obras.

O centro da análise é a construção da rodovia Transamazônica que recebeu vultuosos recursos do governo federal e, na época do início da construção, representaria a integração definitiva do território brasileiro – de norte a sul –, expressão da grandiosidade da “grande nação brasileira” e da bonança do governo militar. Entrevistas, jornais, e revisão bibliográfica compõem o quadro a partir do qual o autor encontrou subsídios para problematizar os discursos de cada época – da construção, e da atualidade – sobre a obra e sobre o governo militar.

Dar visibilidade aos discursos que subscreviam e apoiavam o governo militar e a Transamazônica nos anos 1970 e, posteriormente, apresenta a modulação dos discursos, nos dias de hoje, tendentes a criticar a ditadura e a obra faraônica desvela a tensão, a temporalidade, as tendências hegemônicas, o campo de realidade com o qual cada discurso é produzido. E, a ditadura militar, a despeito da sua atual condenação, ao longo da história recente do país, esteve submetida a esse pêndulo entre legitimação e crítica.

Se as ditaduras e os regimes de força representaram momentos traumáticos nas sociedades latino-americanas, o fim destes regimes também manifestaram intermináveis desafios na redefinição dos pactos políticos e sociais das novas ordens, algumas mais, outras menos, democráticas. Como fazer para acomodar, se é que isso é possível, os blocos antagônicos e de disputa por projetos de sociedades diferentes, que nos períodos das ditaduras estavam em

campos opostos, e que na redemocratização ainda continuam a encetar projetos de nação, justiça, democracia divergentes.

Pensando na redemocratização do Brasil a partir dos anos 1985, o artigo “Justiça de transição e construção democrática: um olhar sobre o Brasil pós-ditadura militar” de L. S. Rodríguez e L. H. T. de Almeida, procura enfatizar os encaminhamentos e os limites do processo desenvolvido pelos brasileiros na efetividade de uma Justiça de Transição, ou seja, procura pensar o quanto o Estado e a sociedade nacional comprometeram-se com a memória e as violações de direitos humanos perpetrados durante a última ditadura no país.

O artigo ao trabalhar com o conceito de Justiça de Transição da Organização das Nações Unidas, e considerar este conceito como um paradigma a ser seguido nos processos de reconstrução de regimes democráticos após o transcurso de regimes ditatoriais, procura pensar até que ponto o Estado brasileiro levou à termo prescrições e iniciativas de tal paradigma. Chama-nos a atenção os limites das ações desenvolvidas da Justiça de Transição no Brasil em comparação com outras nações e que, na visão das autoras, implicariam na persistência de uma sociedade na qual a democracia ainda tem importantes limites.

AGRADECIMENTOS

Para finalizar queremos registrar agradecimentos a todos que contribuíram com a viabilização da publicação.

Este dossiê foi possível pela generosa colaboração dos pareceristas, todos voluntários, que cuidadosamente sugeriram reparos, quando necessários, e destacaram virtudes dos artigos recebidos. A equipe da revista *Scientia Plena*, em especial Profa. Dra. Ana Figueiredo, colaborou de maneira atenciosa e voluntária para tornar viável a publicação. Os autores foram diligentes e atenciosos na tramitação de suas contribuições e ofereceram à nossa confiança o resultado de seus estudos, pesquisas, inquietações.

À todos, muito obrigado.

Dezembro de 2014

Eduardo Silveira Netto Nunes

Editor da área de Humanidades e História e editor espacial do dossiê “Democracia e ditadura no Brasil e na América Latina” da revista *Scientia Plena*.